A Jacinto Pinto Correia de Barbosa, 2.º oficial da inspecção distrital de finanças de Braga—concedida aposentação ordinária, com a pensão anual de 510 escudos, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de Julho de 1887 e do artigo 73.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908.

Ministério das Finanças, Secretaria Geral, em 16 de Dezembro de 1912.—O Secretário Geral, *M. M. A. da Silva Bruschy*.

Direcção Geral da Fazenda Pública

Para conhecimento dos interessados publica-se que se expediram as ordens necessárias para o pagamento, nos dias abaixo indicados, dos vencimentos, do corrente mês de Dezembro, das seguintes classes e Repartições, a saber:

Pelo Banco de Portugal, nas suas caixas, em Lisboa:

No dia 24 de Dezembro corrente

Finanças:
Câmaras Legislativas.
Secretaria Geral.
Direcção Geral da Fazenda Pública.
Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.
Repartições de Contabilidade.
Pessoal menor.

No dia 26 de Dezembro corrente

Justiça:
Secretaria Geral.
Direcções Gerais.
Procuradoria Geral da República.
Supremo Tribunal de Justiça.

No dia 27 de Dezembro corrente

Finanças:
Caixa de Aposentação — Aposentados n.º 1 a 1:300.
Direcção Geral da Estatística e Fiscalização das Sociedades Anónimas.

Marinha:
Pessoal civil e oficiais superiores da armada.

Colónias:
Direcção Geral de Fazenda das Colónias.
Direcção Geral das Colónias.
Pessoal civil e militar do ultramar, residente no país, pertencente às classes activas.

No dia 28 de Dezembro corrente

Finanças:
Caixa de Aposentação — Aposentados n.º 1 a 1:800.
Direcção Geral das Contribuições e Impostos.
Inspeção de Finanças do distrito de Lisboa.

Fomento:
Direcções Gerais do Comércio e Indústria e dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos e serviços dependentes.

Marinha:
Oficiais subalternos da Armada.

No dia 30 de Dezembro corrente

Estrangeiros:
Secretaria Geral.
Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos.
Direcção Geral dos Negócios Consulares.
Pessoal menor.

Finanças:
Caixa de Aposentação — Aposentados n.º 1 a 2:300.
1.º e 2.º distritos fiscais.
Pessoal externo dos impostos.
Guarda fiscal—títulos de soldo, prés e diversas despesas.
Direcção Geral das Alfândegas.
Alfândega de Lisboa.

Fomento:
Direcção Geral da Agricultura e serviços dependentes.

Interior:
Guarda Nacional Republicana.
Policia cívica.
Policia especial de repressão de emigração clandestina.
Corpo de bombeiros municipais.

Marinha:
Pessoal reformado civil e militar.

No dia 31 de Dezembro corrente

Finanças:
Casa da Moeda e Papel Selado.

Fomento:
Direcção Geral de Obras Públicas e Minas e Secretaria Geral do Ministério e serviços dependentes.

Interior:
Secretaria Geral.
Direcções gerais.
Conservatório de Lisboa.
Imprensa Nacional.
Supremo Tribunal Administrativo.
Instituto Central e Conselho Superior de Higiene.
Observatório Astronómico de Lisboa.
Conselho Superior de Instrução Pública.
Tribunal de Honra.
Semi-internatos.
Dispensário Popular de Alcântara.
Secretários do Ministro do Interior.
Professorado do Ensino Primário, Normal e Fiscalização do Ensino.

Museu Nacional dos Coches.
Auditoria Administrativa de Lisboa.
Academia das Ciências de Lisboa.

Guerra:
Pela respectiva pagadoria:
Oficiais na efectividade abonados individualmente.
Oficiais da reserva e reformados exercendo comissões de serviço.

No dia 2 de Janeiro próximo

Colónias:
Pessoal civil e militar do ultramar pertencente às classes inactivas.

Finanças:
Pessoal da extinta Casa Real.

Guerra:
Pela respectiva pagadoria:
Subsídios a viúvas e órfãos de oficiais do exército.

No dia 3 de Janeiro próximo

Colónias:
Pensões.

Finanças:
Subsídios de conta dos rendimentos de conventos de religiosas suprimidos.

Interior:
Biblioteca Nacional de Lisboa e Arquivo Nacional.
Academia de Belas Artes de Lisboa e Museus.

Guerra:
Pela respectiva pagadoria:
Generais da reserva e reformados.

No dia 4 de Janeiro próximo

Justiça:
Relação de Lisboa.
Juizes, delegados, conservadores, curadores gerais dos órfãos, escrivães e oficiais de diligências da comarca de Lisboa.
Tribunal do Comércio.
Penitenciária e Cadeias Cívicas.
Procuradoria Geral da República junto da Relação de Lisboa.

Morgue de Lisboa.
Pósto Antropométrico de Lisboa.
Escolas de Reforma de Lisboa.
Refúgio da Tutoria Central de Lisboa.
Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças.

Interior:
Governo Civil de Lisboa.

Guerra:
Pela respectiva pagadoria:
Oficiais superiores da reserva e reformados.
Secretaria da Guerra.
Serviço do Estado Maior.

No dia 6 de Janeiro próximo

Finanças:
Pensões eclesiásticas.

Interior:
Instituto Bacteriológico Câmara Pestana.
Pósto de Desinfecção Pública de Lisboa.
Inspeção de Sanidade Marítima.
Estação de Saúde de Lisboa.
Delegação de Saúde de Lisboa.

Guerra:
Pela respectiva pagadoria:
Capitães e subalternos da reserva e reformados.
Oficiais na disponibilidade e inactividade temporária.

No dia 7 de Janeiro próximo

Guerra:
Pela respectiva pagadoria:
Colégio Militar.
Escola de Guerra.
Arsenal do Exército.
Inspeção geral de fortificações e obras militares.
Serviço de torpedos fixos.

Interior:
Faculdade de Ciências.
Faculdade de Letras.
Faculdade de Medicina de Lisboa.
Instituto de Oftalmologia de Lisboa.
Liceus de Lisboa.

Nos dias 16 a 26 de Dezembro corrente

Classes inactivas—conforme a respectiva tabela.

No dia 16 de Janeiro próximo

Guerra:
Pela respectiva pagadoria.
Prés e mais despesas da primeira quinzena.

No dia 30 de Janeiro próximo

Guerra:
Pela respectiva pagadoria:
Títulos de soldo, prés e mais despesas da segunda quinzena.
Em virtude de ordem superior fica expressamente proibida qualquer antecipação de pagamento.
Os pagamentos só se efectuarão nos dias indicados, quando as respectivas ordens tenham dado entrada no Banco de Portugal com a antecedência dum dia, pelo menos, e as folhas nas competentes repartições de contabilidade, com cinco dias úteis também de antecedência.

Direcção Geral da Fazenda Pública, em 16 de Dezembro de 1912.—O Director Geral, *M. M. A. da Silva Bruschy*.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

4.ª Repartição

Por despacho de 14 do corrente mês, foram concedidas as licenças seguintes:

Augusto César Ferreira de Sousa Fontes, secretário de finanças do concelho de Vila Verde—quinze dias, perfazendo trinta, nos termos do artigo 29.º do decreto, com força de lei, de 26 de Maio de 1911, com os quinze dias de licença, concedida no corrente ano pelo respectivo inspector.

Licenças concedidas até o fim do corrente ano, pelo mesmo despacho e nos termos do citado artigo 29.º:

José de Almeida Tinoco, secretário de finanças do concelho de Manteigas.
António de Azevedo Ataíde e Meneses, sub-chefe fiscal do Corpo da Fiscalização dos Impostos, servindo no concelho de Póvoa de Lanhoso.
Eduardo Luís Pereira Correia, fiscal de 2.ª classe do referido Corpo, servindo no concelho de Coruche.
José Marques Antunes, sub-chefe fiscal do referido Corpo, servindo no concelho do Seixal.—(Esta licença é concedida nos termos do § 2.º do artigo 30.º do citado decreto, por já ter gozado noventa dias de licença no corrente ano).

Por despacho da mesma data:

João Hermilio Ferreira de Aça e Leiva, sub-chefe fiscal do referido Corpo, servindo no concelho de Arouca—cinco dias, perfazendo dezassete, nos termos do mencionado artigo 29.º, com doze dias de licença que já gozou no corrente ano.

(Todos estes funcionários devem satisfazer os respectivos emolumentos, como determina o decreto de 16 de Junho de 1911).

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, em 16 de Dezembro de 1912.—O Director Geral, *Júlio Maria Baptista*.

Por ter saído inexacto no *Diário do Governo* n.º 294, de 16 de Dezembro corrente, novamente se publica o seguinte:

Para os devidos efeitos se publica a classificação do pessoal de finanças e dos impostos que, nos termos do artigo 22.º do decreto, com força de lei, de 26 de Maio de 1911, tem direito à promoção por distinção:

Para secretários de finanças de 2.ª classe:

- 1.º António Bernardo Saraiva.
- 2.º José Luís Inácio.
- 3.º Joaquim Augusto Ramos Taborde.
- 4.º Manuel Castanheira Lobo.

Para chefes fiscais:

- 1.º Henrique Pereira da Costa.
- 2.º José Caetano de Assis Espada.
- 3.º José Joaquim Águas Júnior.

Para sub-chefes fiscais:

- 1.º Cesário Baptista dos Reis.
- 2.º Artur Félix da Rocha Braga.
- 3.º Teodorico José da Silva Pereira.
- 4.º Constantino Freire da Paz.
- 5.º Eduardo José Ramalho.

Para fiscais de 1.ª classe:

- 1.º Joaquim da Trindade Alves.
- 2.º Manuel Lopes Vieira.
- 3.º António Joaquim Meireles.
- 4.º Manuel Gomes Tunante Novo.
- 5.º Francisco Vicente Ferreira.
- 6.º Abílio.
- 7.º Luís António Pires.
- 8.º António José Fernandes.
- 9.º Emilio Miranda Botelho.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, em 16 de Dezembro de 1912.—O Director Geral, *Júlio M. Baptista*.

Direcção Geral das Alfândegas

2.ª Repartição

Tendo o decreto de 3 de Abril de 1911 proibido a importação de quaisquer acendedores portáteis com applicações idênticas aos da marca *Titan*, e que, como estes, se destinam a substituir o uso do pavio fosfórico, sendo por tal motivo perdidos a favor da Fazenda os acendedores apreendidos e solicitando a Companhia Portuguesa de Fósforos que analogamente ao que se dispõe no decreto de 27 de Maio de 1905, com relação aos fósforos e isca apreendidos, se proceda à inutilização dos referidos objectos, obrigando-se ao pagamento da quantia de 30 centavos por cada um dos acendedores inutilizados, hei por bem decretar, sob proposta do Ministro das Finanças, e nos termos do § único do artigo 2.º do decreto n.º 1 de 27 de Maio do ano findo, o seguinte:

Artigo 1.º Os acendedores portáteis que forem apreendidos em contravenção das prescrições legais e que, por tal motivo, são julgados perdidos a favor da Fazenda, serão pelas autoridades instrutoras dos respectivos processos fiscais mandados inutilizar por meio de fogo, findos que sejam os mesmos processos, lavrando-se de tal facto e para cada processo um auto perante três testemunhas.

Art. 2.º A Companhia Portuguesa de Fósforos pagará por cada acendedor inutilizado, nos termos deste decreto, a importância de 30 centavos, liquidada relativamente a cada apreensão, revertendo o produto da liquidação em

benefício dos aprensos, quer a multa imposta nos processos fiscaes seja paga ou não.

Art. 3.º Para se efectuar o pagamento a que alude a primeira parte do artigo antecedente, deverão as autoridades instrutoras extrair do auto a que se refere o artigo 1.º certificados em duplicado, os quais conterão os esclarecimentos mencionados nas guias, modelo n.º 5 das instruções aprovadas por despacho ministerial de 27 de Junho de 1902, e terão o destino indicado nas citadas instruções nos prazos nelas fixados.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário. O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 14 de Dezembro de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *António Vicente Ferreira*.

Conselho Superior da Administração Financeira do Estado

Secretaria Geral

2.ª Repartição

1.ª Secção

No processo n.º 1:671, da responsabilidade de António Inácio dos Santos, no período decorrido de 1 de Julho de 1910 a 16 de Fevereiro de 1911, proferiu-se o seguinte acórdão, de que foi relator o Ex.º Sr. Vogal Sousa da Câmara:

Acordam os do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado:

Visto este processo e o ajustamento a fl. 16, conferido e organizado em conformidade dos documentos justificativos da responsabilidade a que se refere, e que, devidamente rubricado pelo relator, se dá como transcrito aqui:

Vistas as disposições legais em vigor: Mostra-se que o débito desta responsabilidade importa em réis 79:368\$347 e o crédito em réis 78:816\$684 com o saldo de réis 551\$663 79:368\$347

Julgam a António Inácio dos Santos, pela sua gerência de chefe da estação telégrafo-postal de Setúbal, distrito de Lisboa, no período decorrido de 1 de Julho de 1910 até 16 de Fevereiro de 1911, quite com a Fazenda Pública, pela indicada responsabilidade, devendo o saldo, nas espécies mencionadas no relatório a fl. 2, que lho é abonado, figurar como primeira partida do débito da conta seguinte a esta.

E considerando que a liquidação, a que este processo se refere, abrange até o último dia da gerência do responsável;

Vistas as informações do fl. 12 a fl. 15, pelas quais se prova que todas as anteriores responsabilidades do gerente se acham já julgadas, por acórdãos transitados em julgado, sem que ao presente elle seja devedor ao Estado por qualquer quantia.

Ouvido o Ministério Público, fl. 16 v. Julgam outrossim livres e desembaraçados os valores depositados e extintas as fianças ou hipotecas que serviram de caução ou garantia à responsabilidade de António Inácio dos Santos.

Lisboa, em 30 de Novembro de 1912. — *Manuel de Sousa da Câmara*, relator — *José Tristão Pais de Figueiredo* — *António Aresta Branco*. — Fui presente, *Augusto Soares*.

Está conforme. — 1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 6 de Dezembro de 1912. — *Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.

No processo n.º 33:972 da responsabilidade do fiel, chefes e encarregados das estações telégrafo-postais e postal do distrito de Faro, no período decorrido de 1 de Julho de 1903 a 30 de Junho de 1904, proferiu-se o seguinte acórdão, de que foi relator o Ex.º Sr. Vogal Cupertino Ribeiro:

Cópia. — Acordam os do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado:

Que tendo-lhe sido requerido por Domingos Júdice Guerreiro, filho de João António Duarte Guerreiro, director que foi do correio de Monchique, para lhe ser lavrado novo acórdão em que seja autorizado o levantamento do resto das fianças que o mesmo tinha prestado como caução daquele emprego, documento fl. 325;

Vistas as disposições em vigor; Vistas as informações do fl. 326 a 332 pelas quais se prova que todas as responsabilidades do referido director do correio, João António Duarte Guerreiro, se acham julgadas, por acórdãos transitados em julgado, sem que ao presente elle seja devedor ao Estado por qualquer quantia;

Ouvido o Ministério Público fl. 332 v: Julgam livres e desembaraçados os valores depositados e extintas as fianças ou hipotecas que serviram de caução ou garantia às responsabilidades do acima referido director das estações de Monchique e posteriormente de Lagoa.

Emolumentos 35000 réis. Lisboa, em 30 de Novembro de 1912. — *José de Cupertino Ribeiro Júnior* — *João José Dinis* — *Alvaro de Castro*. — Fui presente, *Augusto Soares*.

Está conforme. — 1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 6 de Dezembro de 1912. — *Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.

Nos termos do regimento o para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:675. — Relator o Ex.º Vogal Sousa da Câmara. — Responsável Manuel Joaquim de Azevedo e Castro, na qualidade de recebedor do concelho de Lajes do Pico, desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 30 de Novembro de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	1:001\$110
Documentos de cobrança de corpos administrativos	43\$048
Valores selados	4:805\$270
Dinheiro do Tesouro	310\$127
Total — Réis	6:159\$555

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:677. — Relator o Ex.º Vogal Dr. Aresta Branco. — Responsável Calixto Martins Canelas, na qualidade de recebedor do concelho de Cantanhêde, desde 1 de Julho de 1897 até 30 de Junho de 1908, foi julgado quite por acórdão definitivo de 30 de Novembro de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro	14:954\$977
Documentos de cobrança de corpos administrativos	5:070\$943
Documentos de cobrança da Câmara Municipal	5:264\$238
Valores selados	4:635\$695
Papéis de crédito da Câmara Municipal	3:950\$000
Dinheiro da Câmara Municipal	793\$263
Total — Réis	34:669\$116

que passou a débito da conta imediata.

1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 6 de Dezembro de 1912. — *Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.

No processo n.º 1:736 da responsabilidade de Adolfo Alves Pinto Vilar, recebedor e depois tesoureiro da Fazenda Pública do 1.º bairro do Porto, no período decorrido de 1 de Julho de 1910 a 10 de Dezembro de 1911, proferiu-se o seguinte acórdão, de que foi relator o Ex.º Sr. Vogal Dr. Aresta Branco.

Acordam os do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado:

Visto este processo e o ajustamento a fl. 84-86, conferido e organizado em conformidade dos documentos justificativos da responsabilidade a que se refere, e que, devidamente rubricado pelo relator, se dá como transcrito aqui:

Vistas as disposições legais em vigor; Mostra-se que o débito desta responsabilidade importa em réis 2.397:748\$154 e o crédito em réis 1.837:334\$216 com o saldo de réis 560:413\$938 2.397:748\$154

Julgam a Adolfo Alves Pinto Vilar, pela sua gerência de recebedor e depois tesoureiro da Fazenda Pública do 1.º bairro do Porto, no período decorrido de 1 de Julho de 1910 até 10 de Dezembro de 1911, quite com a Fazenda Pública, pela indicada responsabilidade, devendo o saldo, nas espécies mencionadas no relatório a fl. 2, que lho é abonado, figurar como primeira partida do débito da conta seguinte a esta, da responsabilidade de Francisco Brivio Ferri de Begonha;

E considerando que a liquidação, a que este processo se refere, abrange até o último dia da gerência do responsável.

Vistas as informações de fl. 81 a fl. 83, pelas quais se prova que todas as anteriores responsabilidades do gerente se acham já julgadas, por acórdãos transitados em julgado, sem que ao presente elle seja devedor à Fazenda Pública por qualquer quantia.

Ouvido o Ministério Público, fl. 86 verso: Julgam outrossim livres e desembaraçados os valores depositados e extintas as fianças ou hipotecas que serviram de caução ou garantia à responsabilidade do exactor Adolfo Alves Pinto Vilar até 10 de Dezembro de 1912.

Lisboa, em 14 de Dezembro de 1912. — *António Aresta Branco*, relator — *João E. Pinto de Magalhães* — *José de Cupertino Ribeiro Júnior*. — Fui presente, *Augusto Soares*.

Está conforme. — 1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 16 de Dezembro de 1912. — *Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.

Por terem saído inexactos, novamente se publicam, por extracto os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:529. — Relator o Ex.º Vogal António Aresta Branco. — Responsável Joaquim Augusto Lima Palma, na qualidade de encarregado da estação telégrafo-postal de Vila Nova de Portimão, desde 20 de Novembro de 1910 até 30 de Junho de 1911, foi julgado quite por acórdão definitivo de 26 de Outubro de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo de 338\$690 réis, que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:529. — Relator o Ex.º Vogal António Aresta Branco. — Responsável Godofredo Alberto dos Santos Ferreira, na qualidade de encarregado da estação telégrafo postal de Messines, desde 13 de Setembro de 1910 até 27 de Setembro de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 26 de Outubro de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo de 62\$190 réis, que passou a débito da conta imediata.

1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 6 de Dezembro de 1912. — *Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.

MINISTÉRIO DA GUERRA

N.º 23

Secretaria da Guerra, 9 de Dezembro de 1912

ORDEM DO EXÉRCITO

(2.ª Série).

Publica-se ao Exército o seguinte:

1.º — Decretos

Secretaria da Guerra — 1.ª Direcção Geral — 4.ª Repartição

Usando da faculdade que me confere o n.º 4.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, hei por bem, sobre proposta do Ministro da Guerra, nomear provisoriamente professor do segundo grupo das disciplinas que constituem o curso do Colégio Militar, nos termos do artigo 79.º do respectivo regulamento literário, aprovado por decreto de 17 de Outubro de 1906, o capitão do estado maior de infantaria, Crístóvão Aires de Magalhães, por ter sido proposto pelo júri do concurso a que se procedeu nos termos do citado regulamento literário, e em substituição do ex-capitão de infantaria, Raúl da Silva Pinheiro Chagas.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 16 de Novembro de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *António Xavier Correia Barreto*.

Secretaria da Guerra — 1.ª Direcção Geral — 4.ª Repartição

Usando da faculdade que me confere o artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, hei por bem, sobre proposta do Ministro da Guerra, e em conformidade com o disposto no artigo 21.º e seu § único do decreto de 25 de Maio de 1911 que organizou a Escola de Guerra, nomear lente provisório da 14.ª cadeira da dita Escola, o actual lente adjunto da 14.ª e 15.ª cadeiras da Escola de Guerra, Augusto Botelho da Costa Veiga, capitão de artilharia com o curso do estado maior.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 16 de Novembro de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *António Xavier Correia Barreto*.

Secretaria da Guerra — 1.ª Direcção Geral — 4.ª Repartição

Usando da faculdade que me confere o artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, hei por bem, sobre proposta do Ministro da Guerra, nomear provisoriamente lentes adjuntos do grupo da 8.ª, 9.ª e 10.ª cadeiras da Escola de Guerra, nos termos dos artigos 22.º e 23.º do regulamento para os concursos aos lugares do magistério da mesma Escola, de 19 de Agosto de 1911, e em conformidade com o disposto no artigo 20.º e seu parágrafo 2.º do decreto de 25 de Maio do mesmo ano, que a organizou, o capitão de artilharia, Camilo Amândio da Silva Sena e o capitão de artilharia com o curso do estado maior, João Augusto Crispiniano Soares, para os lugares criados pelo segundo dos citados decretos.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 16 de Novembro de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *António Xavier Correia Barreto*.

Secretaria da Guerra — 1.ª Direcção Geral — 2.ª Repartição

Usando da faculdade que me confere o n.º 4.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, hei por bem, sobre proposta do Ministro da Guerra, decretar que fique nulo e de nenhum efeito o decreto de 15 do corrente mês, publicado na *Ordem do Exército* n.º 22, 2.ª série, de 22 do mesmo mês, na parte que manda abater ao efectivo do exército o alferes miliciano do regimento de infantaria n.º 2, Raúl Rodrigues Cohen, por ter-se provado que este official não cometeu o crime de deserção.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 1 de Dezembro de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *António Xavier Correia Barreto*.

2.º — Por decretos de 2 de Novembro último:

Milicianos

Demitido do serviço do exército, pelo pedir, o alferes veterinário miliciano, José Emidio Ribeiro Correia Guedes, em conformidade com o disposto no n.º 1.º do artigo 110.º do regulamento para a organização das reservas do exército de 2 de Novembro de 1899.